



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE CONTRATOS

**CONTRATO Nº 24/2024, QUE FAZEM ENTRE SI A  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO E A  
EMPRESA LIMPEX - SERVICO DE LIMPEZA DE  
RESERVATORIO LTDA.**

A UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, autarquia educacional vinculada ao Ministério da Educação, com sede na Avenida Professor Moraes Rego, nº 1235, Cidade Universitária, Recife, PE, CEP 50670-901, inscrita no CNPJ sob o nº 24.134.488/0001-08, neste ato representada pelo Magnífico Reitor, Professor ALFREDO MACEDO GOMES, portador da Matrícula Funcional nº 1171268, nomeado pelo Decreto de 10 de outubro de 2023 da Presidência da República Federativa do Brasil, publicado no Diário Oficial da União nº 195, Seção 2, p. 1, de 11 de outubro de 2023, doravante denominada CONTRATANTE, e a Empresa LIMPEX - SERVICO DE LIMPEZA DE RESERVATORIO LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.356.463/0001-07, sediada à Rua Soldado Graciliano, nº 57, CEP: 50.771-360, Jiquia, em Recife/PE, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pela sócia-diretora, Sra. BRISA LUANA DOS SANTOS, conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no **Processo nº 23076.091922/2023-06** e em observância às disposições da **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação nº 90000/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

- 1.1. O objeto do presente instrumento é contratação de serviços EM CARÁTER EMERGENCIAL de empresa especializada na prestação de SERVIÇOS DE COLETA ATRAVÉS DE SUÇÃO, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DE DEJETOS DAS FOSSAS SÉPTICAS DAS UNIDADES ACADÊMICAS E ADMINISTRATIVAS DO CAMPUS RECIFE DA UFPE, EXCETO HOSPITAL DAS CLÍNICAS, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

Brisa Lb

P

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO   | CATSER | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL    |
|------|---|--------|-------------------|------------|----------------|----------------|
| 1    | Serviços de coleta através de sucção, transporte e destinação final dos resíduos de dejetos das fossas sépticas das unidades acadêmicas e administrativas do Campus Recife da Universidade Federal de Pernambuco. | 16527  | Metro Cúbico      | 1200       | R\$ 108,00     | R\$ 129.600,00 |

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- O Termo de Referência, **documento 23** do processo administrativo indicado no preâmbulo e anexo I deste instrumento;
- O Termo de Declaração de Dispensa, **documento 64** do processo administrativo indicado no preâmbulo e anexo II deste instrumento;
- A Proposta da CONTRATADA, **documento 43** do mesmo processo e anexo III deste instrumento;
- Eventuais anexos dos documentos supracitados.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- O prazo de vigência da contratação é de **até 12 (doze) meses contados da data de assinatura do contrato, improrrogável**, na forma do art. 75, inciso VIII, da Lei nº14.133/2021.
- O contrato pode ser encerrado antes do prazo acima, mediante comunicação à CONTRATADA com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos, quando da celebração de novo contrato oriundo de processo de licitação em andamento.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

- O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, ao qual se vincula este Contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

- O valor total da contratação é de **R\$129.600,00 (cento e vinte e nove mil e seiscentos reais)**.

*Bruno* 

- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à contratada dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

#### **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

- 6.1. O prazo para pagamento à contratada e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE (art. 92, V)**

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, a Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

#### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

##### **8.1. São obrigações da CONTRATANTE:**

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

Bruno R.  
P

- c) Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
- e) Efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- f) Aplicar à Contratada sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
- g) Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela Contratada;
- h) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
  - 1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 1 (um) mês para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.
- i) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- j) Comunicar a Contratada na hipótese de posterior alteração do projeto pela Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/21.
- k) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

- 9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato
  - 9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);.
  - 9.3.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.4. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas

*Bruno W.*  


- e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedor SICA, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede da contratada; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.12. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

Brina 10  
P

- 9.15. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação ou para qualificação, na contratação direta;
- 9.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- 9.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- 9.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante especificadas no LAUDO TÉCNICO PARA LICITAÇÃO Nº 010/2023 (Anexo X);

#### **CLÁUSULA DEZ - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A CONTRATANTE deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela CONTRATADA.

Bruno W.  
P



- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6. É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 10.7. A CONTRATADA deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 10.8. A CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 10.9. A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pela CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

#### **CLÁUSULA ONZE – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

- 11.1. A CONTRATADA apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de caução em dinheiro, no valor de R\$ 6.480,00 (seis mil quatrocentos e oitenta reais), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.
- 11.2. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a contratada ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 11.3. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

*Bruno*  


- 11.3.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 11.3.2 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 11.3.3 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.
- 11.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 11.5. No caso de alteração do valor do contrato, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 11.6. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 11.7. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 11.7.1 O emitente da garantia ofertada pela contratada deverá ser notificado pela contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 11.8. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da contratante, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 11.9. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 11.10. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 11.11. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.
- 11.12. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

#### **CLÁUSULA DOZE – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92. XIV)**

- 12.1. A CONTRATADA cometerá infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, se:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
  - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à CONTRATANTE ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - c) der causa à inexecução total do contrato;
  - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

3 meses 19





- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
  - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 12.2. Se a CONTRATADA incorrer em alguma das infrações acima descritas, à mesma será aplicada as seguintes sanções:
- i) **Advertência**, quando a contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
  - ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
  - iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem 11.1 deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv) **Multa:**
- (1) Moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 5 (cinco) dias;  
Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
  - (2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do **subitem 12.1**, de 0,5% a 30% do valor do Contrato.
  - (3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do **subitem 12.1**, de 0,5% a 30% do valor do Contrato.
  - (4) Para infração descrita na alínea "b" do **subitem 12.1**, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.
  - (5) Para infrações descritas na alínea "d" do **subitem 12.1**, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.
  - (6) Para a infração descrita na alínea "a" do **subitem 12.1**, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

Brune 10. P

- (7) 0,5% a 30% do valor do Contrato, em caso de não apresentação, no prazo fixado pela fiscalização contratual, dos documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações trabalhistas e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato (art. 50, da Lei n.º 14.133/2021), nas hipóteses previstas no Termo de Referência ao qual se encontra vinculada esta contratação.
- 12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa da CONTRATADA no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no subitem 11.1 e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - b) as peculiaridades do caso concreto;
  - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - d) os danos que dela provierem para a Contratante;
  - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

Bruno 10.  
P

- 12.8. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 12.9. A CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 12.11. Os débitos da contratada para com a CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a contratada possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

#### **CLÁUSULA TREZE – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

- 13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
- 13.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 13.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 13.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 13.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 13.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 13.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 13.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 13.3.3. Indenizações e multas.

Brasão do  
P

- 13.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 13.5. O contrato poderá ser extinto:
- 13.5.1. caso se constate que a contratada mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 13.5.2. caso se constate que a pessoa jurídica CONTRATADA possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito da CONTRATANTE (art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010).

#### **CLÁUSULA QUATORZE – ALTERAÇÕES**

- 14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA 15 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

- 15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
- I. Gestão/Unidade: 15233/153095
  - II. Fonte de Recursos: Tesouro/ Próprio
  - III. Programa de Trabalho: 12.364.5113.20RK.0026 (Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Pernambuco)

*Briseia*  


IV. Elemento de Despesa: 3390.39 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica)

V. Plano Interno: M0024G0124N

VI. Nota de Empenho: 70/2024.

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### CLÁUSULA 16 – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

16.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### CLÁUSULA 17 – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá à CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

#### CLÁUSULA 18 – FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Pernambuco, Seção Judiciária de Recife para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Recife, PE, 17 de Outubro de 2024.

  
CONTRATANTE

  
CONTRATADA



Página 13 | 13

Testemunhas: Carlos Leon  
Fernando (Sati) 80

## **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**



Termo de Referência 106/2023

Informações Básicas

|                    |   |                      |                          |
|--------------------|---|----------------------|--------------------------|
| Número do artefato | UASG                                      | Editado por          | Atualizado em            |
| 106/2023           | 153080-UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO | THAYSE DAYSE DELMIRO | 03/01/2024 14:42 (v 1.0) |
| Status             | CONCLUIDO                                 |                      |                          |

Outras informações

|  |                       |                         |
|--|-----------------------|-------------------------|
| Categoria  | Número da Contratação | Processo Administrativo |
| V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra |                       | 23076.091922 /2023-06   |

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços EM CARÁTER EMERGENCIAL de empresa especializada na prestação de SERVIÇOS DE COLETA ATRAVÉS DE SUCÇÃO, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DE DEJETOS DAS FOSSAS SÉPTICAS DAS UNIDADES ACADÊMICAS E ADMINISTRATIVAS DO CAMPUS RECIFE DA UFPE, EXCETO HOSPITAL DAS CLÍNICAS, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO   | CATSER | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL    |
|------|---|--------|-------------------|------------|----------------|----------------|
| 1    | Serviços de coleta através de sucção, transporte e destinação final dos resíduos de dejetos das fossas sépticas das unidades acadêmicas e administrativas do Campus Recife da Universidade Federal de Pernambuco. | 16527  | m³                | 1200       | R\$ 164,77     | R\$ 197.724,00 |

- 1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns).
- 1.3. O regime de execução será a empreitada por preço unitário.
- 1.4. A contratação deverá ser pelo menor preço por item.
- 1.5. O prazo de vigência do contrato a ser firmado será de até 12 meses, a contar da assinatura do instrumento contratual pelas partes, com execução a partir do recebimento da primeira Ordem de Serviço, não podendo ser prorrogado.
- 1.6. O contrato é passível de encerramento antecipado, mediante comunicação à Contratada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos, quando da celebração de novo contrato oriundo de processo de licitação em andamento.

1.7. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.7. O quantitativo estimado para 12 meses foi calculado a partir do quantitativo médio mensal estimado em 100 m<sup>3</sup>, com necessidade de esgotamento por demanda ou preventivo, em caminhões com capacidade mínima de armazenamento de 8.000 litros (8m<sup>3</sup>) de dejetos sugados.

1.8. EM CARÁTER EMERGENCIAL, por se tratar de atividade imprescindível à manutenção dos níveis adequados de salubridade das instalações do campus Recife da UFPE, evitando a descontinuidade dos serviços, nos termos do inciso VIII, art. 75, da Lei 14.133/21:

VIII – nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto neste inciso.

## 2. Fundamentação da contratação

### 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 24134488000108-0-000001/2023;
- II) Data de publicação no PNCP: 19/05/2023;
- III) Id do item no PCA: 2293;
- IV) Classe/Grupo: 853;
- V) Identificador da Futura Contratação: 153080 - 90363/2023

#### 2.2 Motivação da contratação:

2.3. Conforme disposto na Política Nacional de Resíduos Sólidos, em seu artigo 36, inciso VI, cabe ao titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos dar disposição final ambientalmente adequada aos resíduos e rejeitos oriundos dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos.

2.4. O tratamento de efluentes é uma realidade que ainda não existe na maioria dos municípios brasileiros, e no Recife, apenas 49% do território tem acesso ao esgotamento sanitário. Diante desse contexto, as instalações da UFPE adotaram a construção de fossas sépticas como instrumentos de reserva dos dejetos sólidos e percolação dos líquidos para o subsolo através dos sumidouros. Nesse contexto, a limpeza e esgotamento de tais instalações visa evitar vazamentos que comprometam a boa utilização do edifício, além de causar perigo à saúde. Para além dessa necessidade, recentemente a UFPE tem adotado tecnologias mais adequadas, como a construção de fossas sépticas com filtros anaeróbicos, e ainda, há a previsão de funcionamento de uma Estação de Tratamento de Esgoto no Campus Joaquim Amazonas, que irá realizar o tratamento dos esgotos sanitários oriundos de algumas edificações.

2.5. Considerando que a geração de resíduos no âmbito da UFPE é constante, ratifica-se os serviços a serem contratados como sendo de natureza continuada, pois pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a

integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional (Artigo 15 da IN SEGES/MPDG nº 05/2017).

2.6. A necessidade da contratação se deve: (i) à falta de estrutura municipal para tratamento dos efluentes gerados no bairro no qual o campus Recife da UFPE está localizado; (ii) ao fato de que a UFPE ainda não dispõe de estruturas próprias para realizar o tratamento desse resíduo, (iii) à necessidade de atuação de maneira rápida, quando do surgimento da demanda ou em caráter preventivo, a fim de evitar problemas internos no que tange ao mau funcionamento das fossas, refletindo no sistema de esgotamento sanitário da edificação, bem como danos ambientais às áreas por elas atendidas; (iv) à economicidade, não sendo recomendado investimento na aquisição dos equipamentos necessários em virtude do alto custo que a aquisição e, mais ainda, a manutenção operacional demandariam.

2.7. A UFPE, através da Diretoria de Sustentabilidade Ambiental da Superintendência de Infraestrutura, faz a gestão dos resíduos sólidos e efluentes gerados pelas atividades acadêmicas e administrativas. Para os efluentes, há a necessidade da contratação de empresa que faça a coleta e a destinação ambientalmente adequada, pois o campus Joaquim Amazonas não é atendimento pelo serviço público de esgotamento sanitário. Portanto, a limpeza e esgotamento das fossas visa evitar vazamentos que comprometam a boa utilização do edifício, além de causar perigo à saúde, afinal trata-se de resíduos que são vetores de diversas doenças e podem causar sérios prejuízos ao meio ambiente, contaminando solo e recursos hídricos.

2.8. O quantitativo estimado para essa contratação emergencial foi definido a partir do quantitativo do Contrato nº 26/2020, que dimensionava o total de 1200 m³ de material coletado para 12 meses, desse modo, 100 m³ por mês.

#### 2.9. **Da emergencialidade:**

2.10. A configuração da urgência se dá pelo fato da necessidade latente de utilização contínua dos serviços de sucção e destinação final dos dejetos utilizados pelas unidades acadêmicas do Campus Recife da UFPE.

2.11. Vale salientar que há processo registrado sobre o nº 23076.33963/2023-85 que está em fase de elaboração dos estudos preliminares para a consecução do processo licitatório. Como vislumbrasse um tempo maior até a contratação devido as especificidades do novo processo, solicita-se a abertura desse processo emergencial.

#### 2.12. **Objetivos da contratação:**

2.13. A UFPE, através da Diretoria de Sustentabilidade Ambiental da Superintendência de Infraestrutura, faz a gestão dos resíduos gerados por fossas sépticas no Campus Recife da UFPE sendo necessário a sucção periódica e destinação final dos resíduos gerados por todos os centros e unidades acadêmicas que compõem o Campus Recife da UFPE.

2.14. Caso a contratação não seja efetivada, os ambientes da Instituição correm o risco de se tornarem insalubres, comprometendo, por conseguinte, o funcionamento das atividades acadêmicas e administrativas.

### 3. Descrição da solução

#### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A solução adotada com a contratação pretendida com este instrumento leva em conta os requisitos da contratação, descritos no item 4 deste instrumento, bem como seu Anexo I (especificação dos serviços).

## 4. Requisitos da contratação

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos descritos neste instrumento e seus anexos.

4.2. A contratada deverá observar os critérios de sustentabilidade descritos neste instrumento.

4.3. As obrigações da contratada e da UFPE estão previstas neste instrumento.

4.4. Não deve ser permitida a participação de:

4.4.1. Empresa em concordata (processos judiciais anteriores à Lei nº 11.101/2005), recuperação judicial ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

4.4.2. Empresa temporariamente suspensa de participar com a União, com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e no artigo 28 do Decreto nº 5.450/2005, e com a UFPE, com fundamento no § 4º do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021, ou declarada inidônea por qualquer Órgão ou entidade da Administração Pública, nos termos do § 5º do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021, que ainda não tenham logrado reabilitação;

4.4.3. Empresa reunida em consórcio que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição, pois não se trata de contratação de grande vulto, considerando o disposto no inciso XXII do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021;

4.4.4. Empresa que não tenha sede no País;

4.4.5. Cooperativas, por se tratar de contratação de serviços que demandam execução em estado de subordinação em relação ao fornecedor dos serviços e se referirem a atividade terceirizada indicada pela alínea “h” da cláusula primeira do Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União;

4.4.6. Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14º da Lei nº 14.133/2021.

#### Sustentabilidade:

4.5. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.5.1. O descarte de peças, acessórios e resíduos deverá ser realizado pela CONTRATADA, sem ônus para o CONTRATANTE, e deverá obedecer aos critérios de sustentabilidade conforme determina a resolução CONAMA nº 401/2008, alterada pela resolução nº 424, de 2010, no caso de baterias; e de modo amplo, o Decreto nº 7.746/2012 e suas alterações (Decreto nº 9.178/2017), Lei 12.305/10 - Política Nacional de Resíduos Sólidos, Instrução Normativa SLTI/MP nº 01 de 2010, Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU, e demais legislações ambientais e no que couber durante a realização das manutenções no CNMP.

4.5.2. Os bens/materiais, quando aplicável, devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2.

4.5.3. As peças e itens aplicados durante todo o contrato devem ser preferencialmente acondicionados em embalagens coletivas, com o menor volume possível, utilizando materiais reciclados ou reutilizados sem perder a garantia de um correto e seguro transporte.

4.5.4. Onde couber, devem ser observados os requisitos ambientais com a utilização de produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares. Para isso, deve-se apresentar a composição dos produtos a serem utilizados em comparação com seus similares, destacando-se as qualidades que lhes conferem ser sustentáveis ou que acarretem menor impacto ambiental.

4.5.5. A futura contratada deve promover, sempre que possível, curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para a economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço.

### **Subcontratação**

4.6. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **Garantia da contratação**

4.7. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato ou outro instrumento hábil que o substitua.

4.8. Em caso de opção pelo seguro-garantia, o particular deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.9. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.10. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

### **Vistoria**

4.11. Faculta-se a avaliação prévia do local de execução dos serviços para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 07 horas às 16 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente com a Diretoria de Sustentabilidade Ambiental através do e-mail: [dsa.sinfra@ufpe.br](mailto:dsa.sinfra@ufpe.br) ou telefone: 81 2126-8076.

4.12. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.13. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.14. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.15. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## **5. Modelo de execução do objeto**

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

## Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: emissão da ordem de serviço;

5.1.2. O regime de execução será empreitada por preço unitário e apenas serão pagas mensalmente as coletas efetivamente realizadas, podendo ou não chegar ao quantitativo máximo descrito abaixo:

| Serviços  | Unidade        | Quantidade estimada para 1 meses |
|---|----------------|----------------------------------|
| Serviços de coleta através de sucção, transporte e destinação final dos resíduos de dejetos das fossas sépticas das unidades acadêmicas e administrativas do Campus Recife da Universidade Federal de Pernambuco. | M <sup>3</sup> | 1200                             |

5.1.3. A execução do objeto deverá atender às especificações técnicas e procedimentos dos serviços descritos neste instrumento e seus anexos.

5.1.4. A prestação de serviços fora das especificações indicadas neste instrumento implicará a recusa por parte da UFPE, e deverá ser corrigida pelo fornecedor imediatamente sem que acarrete despesa adicional, de qualquer natureza, para a UFPE.

## Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: prédios e unidades acadêmicas que compõem o Campus Recife da UFPE, mais especificamente nas unidades Joaquim Amazonas, Núcleo de TV e Rádio, Faculdade de Direito do Recife, além das unidades Memorial de Medicina e Departamento de Extensão Cultural.

5.3. Os serviços serão prestados a partir do envio da Ordem de Serviço, de segunda a sexta-feira, no horário das 7h às 17h, de forma a não interferir nas rotinas e no regular funcionamento das atividades da UFPE.

5.4. Mediante acerto prévio entre a prestadora do serviço e a fiscalização, o serviço poderá ser realizado em finais de semana e/ou feriados, sem que implique quaisquer acréscimos no preço do serviço.

## Rotinas a serem cumpridas

5.6. A execução contratual observará as rotinas abaixo e o anexo I.

5.6.1 O procedimento de coleta deve seguir os seguintes passos:

5.6.1.1. Antes da prestação do serviço, o local deverá ser devidamente sinalizado, bem como interditado, quando necessário, obedecendo, assim, as normas básicas de segurança do trabalho.

5.6.1.2. A tampa da fossa séptica deve ser aberta e a fossa “respirar” por alguns minutos, ou seja, para evitar possíveis estouramentos devido a presença de gás proveniente das fossas sépticas é primordial sua abertura por alguns instantes (é vedada a utilização de materiais ou objetos inflamáveis nesse procedimento);

5.6.1.3. O mangote, de no mínimo 50 metros, deve ser introduzido diretamente na caixa de inspeção da fossa (ou tubo de limpeza se este for o caso), vale salientar que todos os caminhões devem apresentar bomba de sucção e capacidade mínima de armazenamento de 8.000 litros (8m<sup>3</sup>);



5.6.1.4. No caso de rigidez do resíduo a empresa deverá adicionar um quantitativo de água para solubilizar o mesmo;

5.6.1.5. Não é recomendada a retirada de todo o resíduo da fossa séptica, pois a atividade causa dano ao processo de reinicialização das atividades da fossa séptica, recomendando se deixar no mínimo 10% do resíduo no interior da mesma.

5.6.1.6. A prestadora dos serviços deverá limpar todo o local onde se encontra localizada a fossa, após a sucção de seus resíduos, bem como reparar e consertar qualquer dano que tenha causado (quebra de calçada, danos nas fossas, nas vias urbanas e nos prédios da UFPE).

5.6.2. A destinação do resíduo retirado segue os seguintes passos:

5.6.2.1. A destinação final dos dejetos retirados das fossas é de inteira responsabilidade da CONTRATADA. A descarga dos dejetos para processamento deverá ser feita em estações de tratamento de esgoto (ETE), formalmente instalada na região metropolitana da cidade do Recife, exclusivas para resíduos líquidos provenientes de esgoto sanitário.

5.6.2.2. A CONTRATADA deve apresentar certificado de destinação final dos resíduos coletados no Campus Recife em periodicidade mensal e emitido pelo Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos (SINIR), conforme regulamenta a Portaria MMA nº 280, de 29 de junho de 2020.

5.6.3. Os veículos empregados na execução dos serviços devem ter bom estado de funcionamento e conservação, além de portarem Certificado de Vistoria do DETRAN/PE, conforme os artigos 12 e 13, Parágrafo Único, do Decreto Municipal do Recife nº 18.082/1998, bem como deverá possuir as identificações exigidas pela legislação para o tipo de resíduo transportado.

5.6.4. A execução dos serviços será iniciada após recebimento da ordem de serviço.

5.6.5. A ordem de serviço emitida pela Gestão e/ou Fiscalização Contratual deve ser atendida pela contratada em até 48 horas, a contar da sua emissão.

#### **Materiais a serem disponibilizados**

5.7. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à execução dos serviços.

5.8. A Contratada fica obrigada a fornecer os EPIS e uniformes listados no LAUDO TÉCNICO PARA LICITAÇÃO Nº 010/2023 (Anexo X).

#### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.9. A estimativa das quantidades a serem contratadas está explicitada no item 1.1 deste instrumento, contemplando o campus Recife da UFPE.

5.10. Para o dimensionamento da proposta deverão ser observados: os custos com seguro, tributos, mão de obra, encargos, material de consumo, equipamentos, EPI's, EPC's, ferramentas e as demais despesas, de qualquer natureza, incidentes direta e indiretamente na execução dos serviços objeto deste instrumento.

5.11. No valor unitário deverão estar inclusos todos os custos decorrentes da prestação dos serviços, tais como custo com pessoal, material, equipamentos, relatórios, deslocamento e encargos trabalhistas e fiscais.

5.12. A prestação do serviço se dará por efetiva demanda.

5.13. A proposta deverá corresponder ao modelo do Anexo II e terá validade mínima de 90 (noventa) dias, a contar da sua apresentação.

5.14. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, a empresa interessada poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, conforme consta no tópico de requisitos da contratação.

5.14.1. A empresa deverá apresentar, junto à sua proposta o Atestado de Vistoria e/ou Declaração de Pleno Conhecimento do Objeto (Anexo III a/b).

**Especificação da garantia do serviço** (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.15. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

**Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.16. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## **6. Modelo de gestão do contrato**

### **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto**

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

### **Fiscalização**

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

### **Fiscalização Técnica**

6.9. A Fiscalização Técnica do contrato caberá aos servidores: José Iranildo Barbosa Sales da Silva, SIAPE: 1830132, telefone: (81) 2126-8076, e-mail: drhe.dsa@ufpe.br, o qual será substituído, nas faltas e ausências, pelo servidor: Antônio Avelino de Maria, SIAPE: 1133490, telefone: (81) 2126- 8076, e-mail: drhe.dsa@ufpe.br, lotados na Superintendência de Infraestrutura da UFPE.

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#) e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#));

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#));

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

10.16. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

10.17. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste instrumento, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

10.18. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

10.19. Em hipótese alguma, será admitido que a própria contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

10.20. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

10.21. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas neste instrumento.

10.22. Adotar registro documental de ocorrências de todas as não conformidades relacionadas à execução do contrato, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.23. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

10.24. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste instrumento e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 104, IV e 105, I, II e III da Lei nº 14.133, de 2021.

10.25. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

10.26. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

10.27. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

10.28. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

10.28.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

10.29. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

10.29.1. Emitir Ordens de Serviço especificando a quantidade do serviço, o tipo do serviço e os locais específicos de execução, vinculando-as necessariamente a uma Nota de Empenho e ao Contrato;

10.29.2. Emitir os Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR), de forma digital, por meio do Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos (SINIR) contendo a identificação do gerador, do resíduo, quantidade do volume total em metros cúbicos (m³), peso (kg), tipologia dos resíduos e identificação do transportador e do destinador, e entregar à contratada no momento da execução do serviço de transporte da caçamba ou compactadora;

10.29.3. Avaliar constantemente a execução do objeto a fim de utilizar o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), juntamente com os relatórios emitidos pela contratada para aferição da qualidade da prestação dos serviços;

10.29.4. Assumir proatividade permanente, visando a se antecipar a situações que possam implicar paralisação dos serviços por ínfimo espaço de tempo que seja;

10.29.5. Fiscalizar o cumprimento, pela contratada, dos procedimentos e especificações técnicas, verificando se a qualidade e a quantidade demandada para os serviços foram atendidas;

10.29.6. Fiscalizar o cumprimento dos critérios de sustentabilidade;

10.29.7. Atuar junto à empresa contratada de modo a promover as atividades de transição contratual, quando do encerramento do contrato.

## Gestor do Contrato

6.30. A Gestão do Contrato e a supervisão de sua execução serão exercidas pela superintendência de Infraestrutura/UFPE, através do servidor André Felipe Souza Pereira de Brito, SIAPE 1908586, e-mail drhe.

dsa@ufpe.br, telefone nº 81 2126.8076 - lotado na Superintendência de Infraestrutura, vinculada à Diretoria de Sustentabilidade Ambiental - DSA, podendo eventualmente ser substituído pela servidora Maria das Graças Mendes da Silva, SIAPE 3191133, e-mail drhe.dsa@ufpe.br .

6.31. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.32. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.33. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.34. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.35. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.36. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.37. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

10.38. Além do disposto acima, caberá ao Gestor:

10.38.1. Atuar junto à Contratada, de modo a garantir o cumprimento do contrato de acordo com este instrumento, seus anexos e com sua proposta;

10.38.2. Solicitar à contratada ou a seu preposto, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento do serviço;

10.38.3. Planejar a execução dos serviços vinculados ao contrato de modo que a prestação do serviço seja otimizada;

10.38.4. Recomendar à administração a aplicação de sanções contratuais que se tornarem cabíveis, pelo desatendimento ou descumprimento pela contratada das obrigações assumidas;

10.38.5. Encaminhar a fatura dos serviços para fins de pagamento após atesto do fiscal e a medição e controle da qualidade dos serviços de acordo com as condições estipuladas neste instrumento;

10.38.6. Analisar os relatórios e livro de ocorrências contendo as solicitações e apontamentos dos fiscais;

- 10.38.7. Exigir da Contratada a correção das falhas verificadas;
- 10.38.8. A gestão será exercida no interesse da UFPE e não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos, salvo se, quando destes for apurado ação ou omissão funcional, na forma e para os efeitos legais;
- 10.38.9. Solicitar parecer técnico, contábil ou jurídico à administração quando necessário; e
- 10.38.10. Dar recebimento definitivo aos serviços executados, em forma de relatório ou termo circunstanciado, atestar e liberar a fatura (nota fiscal) para pagamento após o recebimento provisório da fiscalização técnica e verificação dos itens cabíveis à gestão.
- 10.38.11. A Contratada deverá enviar por e-mail a Fatura ou Nota Fiscal, a qual deverá ser dirigida ao Gestor do Contrato.
- 10.38.12. A fatura que for apresentada com erro será devolvida à Fornecedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo acima definido, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;
- 10.38.13. O pagamento será efetuado mediante depósito em conta bancária indicada pela Contratada, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contado a partir da data final do período de adimplemento dos Certificados de Destinação Final e da data de apresentação da Fatura ou Nota Fiscal, devidamente atestada pela fiscalização e verificação pelo Departamento de Contabilidade e Finanças - DCF da regularidade fiscal dos impostos federais (mediante consulta ao SICAF).

## 7. Critérios de medição e pagamento

### 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo VII.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os critérios adotados no IMR.

#### Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.



7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#))

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.9.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.9.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.9.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades

7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.11.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.16. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.17. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.17.1. o prazo de validade;
- 7.17.2. a data da emissão;
- 7.17.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.17.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.17.5. o valor a pagar; e
- 7.17.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.19. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.20. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.21. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.22. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.23. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.24. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.25. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.26. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice BACEN de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

7.27. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.28. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.29. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.29.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.30. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Cessão de crédito**

7.40. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.40.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.41. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.42. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.43. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.44. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## **8. Critérios de seleção do fornecedor**

### **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

#### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma ELETRÔNICA, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso VIII da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de MENOR PREÇO POR ITEM.

#### **Regime de execução**

8.2. O regime de execução do contrato será a empreitada por preço unitário.

### **Exigências de habilitação**

8.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.7. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.8. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.9. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.10. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.11. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.12. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.13. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

### **Habilitação jurídica**

8.14. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.15. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.16. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.17. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.18. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.19. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.20. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.21. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.22. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.23. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.24. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.25. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.26. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.27. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.28. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.29. Caso o fornecedor seja considerado isento do tributo Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.30. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.31. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.32. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.33. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.33.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.33.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.33.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.33.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.34. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.35. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º](#)).

### **Qualificação Técnica**

8.36. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.37. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.38. Licença de operação do órgão ambiental competente;

8.39. Licença da Vigilância Sanitária Estadual e Municipal;

8.40. Alvará de funcionamento Municipal da sede da Empresa;

8.41. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.



8.41.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.41.1.1. Comprovação de experiência mínima de três anos na execução de objeto semelhante ao da contratação, no âmbito da atividade econômica principal ou secundária especificada no contrato social vigente da empresa.

8.41.1.2. Comprovação de capacidade técnica de 50% da quantidade de serviços previstos neste instrumento, cuja parcela de maior relevância técnica corresponde aos serviços de coleta através de sucção, transporte e destinação final dos resíduos de dejetos das fossas sépticas, executados no período de 12 (doze) meses, podendo haver somatório de atestados, desde que se refiram ao mesmo período de 12 (doze) meses:

| Item | Tipo de serviço  | Unidade              | Quantidade mínima exigida para comprovação da capacidade técnica |
|------|--|----------------------|--|
| 1    | Coleta através de sucção, transporte e destinação final dos resíduos de dejetos das fossas sépticas, com caminhões de capacidade mínima de armazenamento de 8.000 litros (8m³) | M³<br>(metro cúbico) | 600  |

8.41.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.41.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa interessada.

8.41.4. O interessado disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.41.5. Deve ser admitida a apresentação de atestado(s) referente(s) a períodos sucessivos não contínuos, para fins da comprovação do prazo de que trata o subitem 8.41.1.1, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos.

8.41.6. Somente deverá(ao) ser aceito(s) atestado(s) expedido(s) após a conclusão o contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior (subitem 10.8 do anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 05/2017).

8.42. Designação assinada pelo representante legal da empresa, indicando responsável técnico, registrado no CREA ou CRQ, pertencente ao quadro permanente da empresa na data prevista para a entrega da proposta, conforme modelo do anexo VI.

8.42.1. Entende-se, para fins deste Instrumento, como pertencente ao quadro permanente:

- 8.42.1.1. profissional disponível para acompanhamento do serviço objeto da convocação (Acórdãos TCU 33/2011 e 2299/2011, ambos do Plenário);
- 8.42.1.2. prestador de serviços (Acórdão TCU 141/2008 – Plenário, DOU de 15/02/2008);
- 8.42.1.3. empregado;
- 8.42.1.4. sócio;
- 8.42.1.5. diretor.

8.42.2. A comprovação de vinculação do (s) profissional (is) detentor (es) da (s) certidão (ões) de acervo técnico, far-se-á por meio dos seguintes documentos:

- 8.42.2.1. Profissional disponível: Declaração de conhecimento do objeto licitado e disponibilidade para acompanhamento dos serviços;
- 8.42.2.2. Prestador de serviços: contrato de prestação de serviços, conforme a legislação civil comum;
- 8.42.2.3. Empregado: cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- 8.42.2.4. Sócio: Contrato Social devidamente registrado no órgão competente ou cadastro no SICAF;
- 8.42.2.5. Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada; ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima; ou, ainda, cadastro no SICAF.

8.43. Apresentar a licença ou autorização ambiental da Estação de tratamento de esgoto - ETE para a qual será destinado o resíduo.

8.44. As empresas deverão emitir declaração de que não empregam menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem utilizam o trabalho de menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, conforme modelo presente no Anexo VIII.

8.45. As empresas deverão declarar que inexistem fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação no presente processo de dispensa de licitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, conforme modelo constante no Anexo IX.

## 9. Estimativas do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 197.724,00

### 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 197.724,00** (cento e noventa e sete mil e setecentos e vinte e quatro reais), conforme custos unitários apostos na tabela do parágrafo 1.

## 10. Adequação orçamentária

### 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela dotação definida na reserva orçamentária a ser expedida pela Diretoria de Orçamento da PROPLAN.

## 11. Do Reajuste

11.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

11.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

11.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

11.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo (s).

11.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado (s) pela legislação então em vigor.

11.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. São obrigações da contratante:

12.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

12.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste instrumento;

12.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

12.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

12.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

12.7. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

12.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

12.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

12.9.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 1 (um) mês para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

12.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

12.11. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/21.

12.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### **13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

13.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

13.2. Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato.

13.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

13.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

13.4. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

13.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

13.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

- 13.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 13.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 13.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 13.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 13.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 13.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 13.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 13.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 13.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 13.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 13.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação ou para qualificação, na contratação direta;
- 13.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- 13.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- 13.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 13.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo

complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante especificadas no LAUDO TÉCNICO PARA LICITAÇÃO Nº 010/2023 (Anexo X);

Constam deste Termo de Referência os seguintes ANEXOS:

|                 |   |
|-----------------|---|
| ANEXO I         | ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS   |
| ANEXO II        | MODELO DE PROPOSTA  |
| ANEXO III – a/b | DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO OBJETO / ATESTADO DE VISTORIA                           |
| ANEXO IV        | MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO  |
| ANEXO V         | RELATÓRIO MENSAL DOS SERVIÇOS   |
| ANEXO VI        | DESIGNAÇÃO DE RESPONSÁVEL TÉCNICO   |
| ANEXO VII       | INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR  |
| ANEXO VIII      | MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR DE IDADE, SALVO NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ |
| ANEXO IX        | MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO                 |
| ANEXO X         | LAUDO TÉCNICO PARA LICITAÇÃO Nº 010/2023  |

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**PAULO ALISON SOUSA PESSOA**

Responsável pela contratação direta

**GABRIEL ALVES MOREIRA**

Diretor de Sustentabilidade Ambiental (substituto)

**ANDRE FELIPE SOUZA PEREIRA DE BRITO**

Gerente da Divisão de Recursos Hídricos

**ANA PAULA DE ARAUJO SOUZA**

Coordenadora Administrativa e Financeira (substituta)

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexos TR 106.2023.pdf (966.98 KB)



## **Anexo I - Anexos TR 106.2023.pdf**

## ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

I. Coleta através de sucção, transporte e destinação final dos resíduos de dejetos das fossas sépticas, com caminhões de capacidade mínima de armazenamento de 8.000 litros (8m<sup>3</sup>). a) Procedimento de coleta:

- Antes da prestação do serviço, o local deverá ser devidamente sinalizado, bem como interditado, quando necessário, obedecendo, assim, as normas básicas de segurança do trabalho.
  - A tampa da fossa séptica deve ser aberta e a fossa “respirar” por alguns minutos, ou seja, para evitar possíveis estouramentos devido a presença de gás proveniente das fossas sépticas é primordial sua abertura por alguns instantes (é vedada a utilização de materiais ou objetos inflamáveis nesse procedimento);
  - O mangote, de no mínimo 50 metros, deve ser introduzido diretamente na caixa de inspeção da fossa (ou tubo de limpeza se este for o caso), vale salientar que todos os caminhões devem apresentar bomba de sucção;
  - No caso de rigidez do resíduo a empresa deverá adicionar um quantitativo de água para solubilizar o mesmo;
  - Não é recomendada a retirada de todo o resíduo da fossa séptica, pois a atividade causa dano ao processo de reinicialização das atividades da fossa séptica, recomendando se deixar no mínimo 10% do resíduo no interior da mesma.
  - A prestadora dos serviços deverá limpar todo o local onde se encontra localizada a fossa, após a sucção de seus resíduos, bem como reparar e consertar qualquer dano que tenha causado (quebra de calçada, danos nas fossas, nas vias urbanas e nos prédios da UFPE).
- b) Destinação do resíduo:
- A destinação final dos dejetos retirados das fossas deverá ser feita em estações de tratamento de esgoto (ETE), formalmente instalada na região metropolitana da cidade do Recife, exclusivas para resíduos líquidos provenientes de esgoto sanitário.
  - É necessário emitir certificado de destinação final dos rejeitos coletados no Campus Recife em periodicidade mensal e emitido pelo Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos (SINIR).

II. Os veículos empregados na execução dos serviços devem ter bom estado de funcionamento e conservação, além de portarem Certificado de Vistoria do DETRAN/PE, conforme os artigos 12 e 13, Parágrafo Único, do Decreto Municipal do Recife nº 18.082/1998, bem como deverá possuir as identificações exigidas pela legislação para o tipo de resíduo transportado.

III. Os rejeitos deverão ser recolhidos de segunda a sexta-feira, no horário das 7h às 17h, de forma a não interferir nas rotinas e no regular funcionamento das atividades da UFPE.

IV. Só serão pagas mensalmente as coletas efetivamente realizadas, podendo ou não chegar aos quantitativos máximos descritos abaixo:

| Serviços  | Unidade                       | Quantidade Total |
|---|-------------------------------|------------------|
| Coleta através de sucção, transporte e destinação final dos resíduos de dejetos das fossas sépticas das unidades acadêmicas e administrativas do Campus Recife da Universidade Federal de Pernambuco. | M <sup>3</sup> (metro cúbico) | 1200             |

## ANEXO II - MODELO DA PROPOSTA

**1) OBJETO:** CONTRATAÇÃO EM CARÁTER EMERGENCIAL de empresa especializada em SERVIÇOS DE COLETA ATRAVÉS DE SUCÇÃO, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DE DEJETOS DAS FOSSAS SÉPTICAS DAS UNIDADES ACADÊMICAS E ADMINISTRATIVAS DO CAMPUS RECIFE DA UFPE, EXCETO HOSPITAL DAS CLÍNICAS, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

| ITEM | DESCRIÇÃO/<br>ESPECIFICAÇÃO   | UNIDADE | QUANTIDADE<br>TOTAL | VALOR<br>UNITÁRIO<br>R\$ | VALOR<br>TOTAL<br>R\$ |
|------|---|---------|---------------------|--------------------------|-----------------------|
| 1    | Serviços de coleta através de sucção, transporte e destinação final dos resíduos de dejetos das fossas sépticas das unidades acadêmicas e administrativas do Campus Recife da Universidade Federal de Pernambuco. | M³      | 1200                |                          |                       |

**2) PREÇO GLOBAL DA PROPOSTA:** R\$ ..... (em algarismo e por extenso).

**3) VALIDADE DA PROPOSTA:** 90 (noventa) dias a partir da sua apresentação.

**4) DECLARAMOS,** para os devidos fins, QUE CONSIDERAMOS, NA FORMULAÇÃO DOS CUSTOS DA PROPOSTA DE PREÇOS: A inclusão de todas as despesas incidentes, inclusive aquelas relativas a tributos (impostos, taxas e contribuições), EPI's e EPC's regulamentares, uniforme e complementos, ferramentas, materiais de consumo, e equipamentos; de estar ciente de que não será considerada qualquer reivindicação posterior devido a erro nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preço ou reembolso por recolhimentos determinados pela autoridade competente;

**5) REPRESENTANTE LEGAL:**

NOME:

NACIONALIDADE:

ESTADO CIVIL:

FUNÇÃO:

ENDEREÇO RESIDENCIAL:

CPF (com cópia):

R.G. e ÓRGÃO EXPEDIDOR (com cópia):

**6) DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA:** BANCO Nº:

NOME DO BANCO:

AGÊNCIA Nº:

NOME DA AGÊNCIA:

CONTA CORRENTE

Nº: PRAÇA DE PAGAMENTO:

**7) DADOS DA EMPRESA:**

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

E-MAIL:

TELEFONE:

(Local), ... de ..... de 20.. .

---

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

**ANEXO III - a - DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DE  
OBJETO**

Atestamos, para fins de contratação emergencial por dispensa de licitação com a UFPE, que a empresa \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, representada por *(inserir nome e cpf do representante legal)*, tem pleno conhecimento do objeto, das condições da contratação e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços, que constam no Termo de referência e nos seus Anexos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras.

(Local), ... de ..... de 20.. .

\_\_\_\_\_REPRE

SENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, CPF e assinatura)

### ANEXO III – b - MODELO DE ATESTADO DE VISTORIA

Atestamos, para os devidos fins, que o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, R.G. \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, indicado(a) pela empresa \_\_\_\_\_, tomou conhecimento de todas as informações técnicas e das condições locais para a prestação dos serviços, objeto da presente dispensa de licitação.

Recife, ... de ..... de 20.. .

\_\_\_\_\_  
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

(Assinatura e carimbo do servidor)

DE ACORDO:

\_\_\_\_\_  
REPRESENTANTE DA EMPRESA

(Nome, CPF e assinatura)

Observações:

1. A vistoria técnica requer agendamento prévio com a Diretoria de Sustentabilidade Ambiental - DSA da Superintendência de Infraestrutura – SINFRA, que deverá ser feito das 7h às 12h e das 13h às 16h, em dias úteis, através do telefone: (81) 2126-8076 ou do e-mail: dsa.sinfra@ufpe.br. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao do envio da convocação, estendendo-se até a data final de envio das propostas.
2. Veda-se a realização de vistoria por mais de uma empresa no mesmo horário.
3. O profissional indicado pela empresa deverá portar procuração da empresa que o habilite a realizar a vistoria e apresentá-lo ao servidor da Superintendência de Infraestrutura.

**ANEXO IV - MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO**

| 1. IDENTIFICAÇÃO DO PEDIDO         |                       |
|------------------------------------|-----------------------|
| Nº da OS:                          | Unidade requisitante: |
| Data de emissão:        /        / | Serviço:              |
| Contrato nº:        / 2024         | Processo Nº:          |

| 2. IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATADA                                     |         |
|--|---------|
| Razão social:  | CNPJ:   |
| Endereço:  |         |
| Telefones: -fixo:                      -móvel ( <i>whatsApp</i> ): | E-mail: |

| 3. DEFINIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS |         |            |                   |
|---|---------|------------|-------------------|
| Nº                                      | Serviço | Quantidade | Unidade de Medida |
|   |         |            |                   |
|   |         |            |                   |
|   |         |            |                   |
|   |         |            |                   |

| 4. ESTIMATIVA DA QUANTIDADE DE HORAS DEMANDADAS / REMUNERAÇÃO POR HORAS |              |            |                    |                  |
|---|--------------|------------|--------------------|------------------|
| Nº Serviço (cf. qd. 3)  | Metodologia* | Quantidade | Valor Unitário R\$ | Valor Global R\$ |
|   |              |            |                    |                  |
|   |              |            |                    |                  |
|   |              |            |                    |                  |
| TOTAIS  |              |            |                    |                  |

\*Conforme subitem d.4 do item 2.5 do Anexo V da IN SEGES/MPDG nº 05/2017.

| 5. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS |
|--|
|  |
|  |

**6. DEMAIS DETALHAMENTOS**

|  |
|--|
|  |
|  |

**7. DATA OU PERÍODO PARA EXECUÇÃO**

|  |
|--|
|  |
|--|

**8. RECURSOS FINANCEIROS**

Os recursos financeiros necessários ao pagamento desta Ordem de Serviço serão originários da classificação funcional programática abaixo especificada:

|                |  |
|----------------|--|
| <b>Empenho</b> |  |
|----------------|--|

**9. IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS**

|  |   |
|--|---|
| <p>Recife, ..... de ..... de<br/>20...</p> <p>_____</p> <p>Responsável pela solicitação do serviço</p> | <p>Recife, ..... de ..... de 20...</p> <p>_____ Responsável<br/>pela avaliação do serviço</p> |
|--|---|



## ANEXO V - RELATÓRIO MENSAL DOS SERVIÇOS

OBJETO: SERVIÇO DE ACONDICIONAMENTO, COLETA TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (RSU), GERADOS NO CAMPUS DA UFPE

CONTRATO: Nº\_\_\_\_\_/202\_. MÊS DE REFERÊNCIA:\_\_\_\_\_/202\_

| ITEM | DESCRIÇÃO   | QUANTITATIVO<br>DE<br>COLETAS | VALOR<br>UNITÁRIO<br>(R\$) | VALOR<br>TOTAL<br>(R\$) |
|------|---|-------------------------------|----------------------------|-------------------------|
| 1    | Serviços de coleta através de sucção, transporte e destinação final dos resíduos de dejetos das fossas sépticas das unidades acadêmicas e administrativas do Campus Recife da Universidade Federal de Pernambuco. |                               |                            |                         |

Observações e Ocorrências:

## ANEXO VI - DESIGNAÇÃO DE RESPONSÁVEL TÉCNICO

A empresa ....., inscrita no CNPJ nº ....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) ....., CPF nº ....., DESIGNA como responsável(is) técnico(s) pela execução do serviço de CONTRATAÇÃO EM CARÁTER EMERGENCIAL de empresa especializada em SERVIÇOS DE COLETA ATRAVÉS DE SUCÇÃO, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DE DEJETOS DAS FOSSAS SÉPTICAS DAS UNIDADES ACADÊMICAS E ADMINISTRATIVAS DO CAMPUS RECIFE DA UFPE, EXCETO HOSPITAL DAS CLÍNICAS, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas no Termo de referência e seus anexos, o(s) profissional(is) abaixo relacionado(s):

| Nome do Responsável Técnico | Título profissional | Nº do Registro CREA/CRQ | Data de Registro |
|-----------------------------|---------------------|-------------------------|------------------|
|                             |                     |                         |                  |
|                             |                     |                         |                  |
|                             |                     |                         |                  |

(Local), ... de ..... de 20.. .

---

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, CPF e assinatura)

DE ACORDO:

---

RESPONSÁVEL TÉCNICO

(Nome, CPF e assinatura)

---

RESPONSÁVEL TÉCNICO

(Nome, CPF e assinatura)

---

RESPONSÁVEL TÉCNICO

(Nome, CPF e assinatura)

**ANEXO VII - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR**

| Nº 01 - Atendimento à programação de coletas através de sucção dos resíduos de dejetos das fossas sépticas. |   |
|---|---|
| Item  | Descrição   |
| Finalidade  | Garantir um atendimento célere as demandas da UFPE.   |
| Meta a cumprir  | Coletas em até 48h após envio da Ordem de Serviço.  |
| Instrumento de medição  | Intervalo de tempo entre o envio da ordem de serviço e a efetivação da Coleta.  |
| Forma de acompanhamento   | Fiscalização contratual.  |
| Periodicidade   | Diária  |
| Mecanismo de cálculo  | Cada Registro de Coleta emitido pela contratada e conferido pela fiscalização será valorado individualmente.  |
| Início da Vigência  | Data de assinatura do contrato  |
| Faixas de ajuste no pagamento   | 0 a 48h – 100% do valor da coleta.<br>De 49h a 72h – 90% do valor da coleta<br>De 73h a 96h – 80% do valor da coleta                                  |
| Sanções   | 20% das coletas acima de 48h – Multa de 10% do valor mensal<br><br>30% das coletas acima de 48h – Multa de 20% do valor mensal + rescisão contractual |
| Observações   |   |

| Nº 02 - Entrega do Certificado de Destinação Final de Resíduos. |  |
|---|--|
| Item  | Descrição  |
| Finalidade  | Garantir que o resíduo está sendo destinado a uma estação de tratamento de esgoto, em acordo com a legislação vigente. |
| Meta a cumprir  | 30 dias  |
| Instrumento de medição  | Registros de coleta em periodicidade mensal.   |
| Forma de acompanhamento   | Fiscalização contratual.   |
| Periodicidade   | Mensal   |

|                               |   |
|-------------------------------|---|
| Mecanismo de cálculo          | Registros de coleta no período de 30 dias serão verificados e valorados. O Certificado de destinação final deverá ser emitido em no máximo 48h após o encerramento do período.                              |
| Início da Vigência            | Data de assinatura do contrato  |
| Faixas de ajuste no pagamento | Até 48h – 100% do valor das coletas mensais.<br>De 49 a 72h – 90% do valor das coletas mensais.<br>De 73 a 96h – 80% do valor das coletas mensais.<br><br>Maior que 96h – 70% do valor das coletas mensais. |
| Sanções                       | Entrega do Certificado de Destinação Final de Resíduos das coletas realizadas em trinta dias, com atrasos de dois meses seguidos ou alternados – Multa de 10% do valor das coletas mensais.                 |
| Observações                   |   |

**ANEXO VIII - MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO  
EMPREGA MENOR DE IDADE, SALVO NA CONDIÇÃO DE  
APRENDIZ**

\_\_\_\_\_ (nome da empresa), inscrito no CNPJ nº \_\_\_\_\_,  
\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal  
Sr. \_\_\_\_\_ - portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do  
CPF nº \_\_\_\_\_ DECLARA, para fins do disposto no Inciso V do art. 27 da  
Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de  
1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou  
insalubre e (assinalar com "X" conforme o caso):

( ) não emprega menor de dezesseis anos

( ) não emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

(Local), ... de ..... de 20.. .

\_\_\_\_\_  
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, CPF e assinatura)

**ANEXO IX - MODELO DE DECLARAÇÃO INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE  
IMPEDITIVO**

NOME                      DA                      EMPRESA \_\_\_\_\_ CNPJ

\_\_\_\_\_ SEDIADA \_\_\_\_\_ (endereço completo), declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação no presente processo de dispensa de licitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(Local), ... de ..... de 20.. .

---

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, CPF e assinatura)



## LAUDO TÉCNICO PARA LICITAÇÃO Nº 010/2023

Processo 23076.091922/2023-06

### EMPRESA

---

RAZÃO SOCIAL: Universidade Federal de Pernambuco

ENDEREÇO: Avenida Prof. Moraes Rego, nº 1235 – Cidade Universitária – Recife/PE

CNPJ: 24.134.488/0001-08

LOCAL DA ATIVIDADE: Universidade Federal de Pernambuco – Campi Recife, Vitória e Caruaru

### I. INTRODUÇÃO

---

Por solicitação da Sra. Thayse Dayse Delmiro, por meio de Despacho Nº 114871/2023 - CAF SINFRA, com base na minuta do Termo de Referência e devidos anexos para contratação em caráter emergencial de empresa especializada na prestação de **serviços de coleta através de sucção, transporte e destinação final dos resíduos de dejetos das fossas sépticas das unidades acadêmicas e administrativas do campus recife da UFPE, exceto Hospital das Clínicas**, foi elaborado o presente Laudo Técnico das atividades a ser desenvolvidas pelos profissionais da empresa contratada, em atendimento e conformidade com as normas de higiene, caracterização de riscos e identificação das atividades insalubres e/ou periculosidade nos termos do Capítulo V da CLT (Lei No. 6.514/77), Portaria Ministerial No. 3.214/78, Lei 8.666/93 e Decreto Federal 2.271/97, Instrução Normativa CEGES/MPDG 05/2017 e suas alterações.

### II. PROFISSIONAIS A SEREM CONTRATADOS *versus Campus*

---

Não declarados no Termo de Referência e no Projeto Básico. Não foi definida a quantidade de profissionais a atuar na prestação do serviço, nem seus cargos.

O serviço a ser contratado será medido em metros cúbicos (m<sup>3</sup>) e se dará por efetiva demanda, conforme o item 8.12 do Termo de Referência.

### III. JORNADA DE TRABALHO

---

Segundo o item 8.5 do Termo de Referência, os serviços serão prestados a partir do envio da Ordem de Serviço, de segunda a sexta-feira, no horário das 7h às 17h, de forma a não interferir nas rotinas e no regular funcionamento das atividades da UFPE.

Segundo o item 8.6 do Termo de Referência, os serviços poderão ser executados em finais de semana e/ou feriados mediante acerto prévio entre a Contratada e a Fiscalização, sem que implique quaisquer acréscimos no preço do serviço.

### IV. RELAÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS E RESPECTIVOS PROCEDIMENTOS

---

Conforme o Anexo I - Especificações dos Serviços do Termo de Referência:

- Coleta através de sucção, transporte e destinação final dos resíduos de dejetos das fossas sépticas, com caminhões de capacidade mínima de armazenamento de 8.000 litros (8m<sup>3</sup>)



**Procedimento de Coleta:**

- Antes da prestação do serviço, o local deverá ser devidamente sinalizado, bem como interditado, quando necessário, obedecendo, assim, as normas básicas de segurança do trabalho.
- A tampa da fossa séptica deve ser aberta e a fossa “respirar” por alguns minutos, ou seja, para evitar possíveis estouramentos devido à presença de gás proveniente das fossas sépticas é primordial sua abertura por alguns instantes (é vedada a utilização de materiais ou objetos inflamáveis nesse procedimento);
- O mangote de no mínimo 50 metros deve ser introduzido diretamente na caixa de inspeção da fossa (ou tubo de limpeza se este for o caso), vale salientar que todos os caminhões devem apresentar bomba de sucção;
- No caso de rigidez do resíduo a empresa deverá adicionar um quantitativo de água para solubilizar o mesmo;
- Não é recomendada a retirada de todo o resíduo da fossa séptica, pois a atividade causa dano ao processo de reinicialização das atividades da fossa séptica, recomendando se deixar no mínimo 10% do resíduo no interior da mesma.
- A prestadora dos serviços deverá limpar todo o local onde se encontra localizada a fossa, após a sucção de seus resíduos, bem como reparar e consertar qualquer dano que tenha causado (quebra de calçada, danos nas fossas, nas vias urbanas e nos prédios da UFPE).

**Procedimento de Destinação dos Resíduos:**

- A destinação final dos dejetos retirados das fossas deverá ser feita em estações de tratamento de esgoto (ETE), formalmente instalada na região metropolitana da cidade do Recife, exclusivas para resíduos líquidos provenientes de esgoto sanitário.
- É necessário emitir certificado de destinação final dos rejeitos coletados no Campus Recife em periodicidade mensal e emitido pelo Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos (SINIR).

## **V. ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE**

---

De acordo com o artigo 192 da CLT, os trabalhadores enquadrados nas atividades insalubres fazem jus à percepção dos respectivos adicionais de insalubridade, desde que, no exercício de trabalho, se encontrem em condições de insalubridade.

Tomando como referência a Norma Regulamentadora NR 15 – Atividades e operações insalubres do Ministério do Trabalho e Emprego, são consideradas atividades ou operações insalubres as que se desenvolvem:

- Acima dos limites de tolerância previstos nos Anexos 1, 2, 3, 5, 11 e 12. Entende-se por "Limite de Tolerância", a concentração ou intensidade máxima ou mínima, relacionada com a natureza e o tempo de exposição ao agente, que não causará danos à saúde do trabalhador, durante a sua vida laboral;

- Nas atividades mencionadas nos Anexos 6, 13 e 14 da NR 15;

- Comprovadas através de laudo de inspeção do local de trabalho, constantes nos Anexos 7, 8, 9 e 10.

O exercício do trabalho em condições de insalubridade assegura ao trabalhador a percepção de adicional, incidente sobre o salário mínimo da região, equivalente a:

- GRAU MÍNIMO: 10% (vinte por cento do salário-mínimo regional);

- GRAU MÉDIO: 20% (vinte por cento do salário-mínimo regional);

- GRAU MÁXIMO: 40% (vinte por cento do salário-mínimo regional).

Ainda conforme a NR, a eliminação ou neutralização da insalubridade determinará a cessação do pagamento do adicional respectivo.





## VI. ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS

Conforme a NR-16, o exercício de trabalho em condições de periculosidade assegura ao trabalhador a percepção de adicional de 30% (trinta por cento) incidente sobre o salário sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios/participação nos lucros da empresa. Vale ressaltar que, segundo a referida NR, o empregado poderá optar pelo adicional de insalubridade que porventura lhe seja devido.

## VII. ANÁLISE PRELIMINAR DE RISCOS – APR

| <b>LOCAL DAS ATIVIDADES:</b>  | Prédios e unidades acadêmicas que compõem o Campus Recife da UFPE, mais especificamente nas unidades da Reitor Joaquim Amazonas, Núcleo de TV e Rádio e Faculdade de Direito do Recife, além das unidades acadêmicas externas CCJ, NTVRU, Memorial de Medicina e Departamento de Extensão Cultural. | <b>Nº Expostos:</b><br><br>Não definido  |
|---|---|--|
| <b>AMBIENTE DE TRABALHO:</b>  | Áreas externas e internas   |  |
| IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS  |   | MEDIDAS DE CONTROLE  |
| Riscos Físicos:<br>Ruído<br>Vibração<br><br>Radiações não ionizantes (ultravioleta do sol)  |   | Utilização de EPI's: Protetor auditivo com NRRsf > 15 dB e Calçado de Segurança<br>Medições periódicas para controle;<br>Manutenção do equipamento determinada pelo fabricante e disponível ao operador.<br><br>Utilizar camisas de mangas compridas ou protetor de braços |
| Riscos biológicos:<br>Esgotos<br>Presença de microrganismos (vírus, bactérias, fungos, etc.)  |   | Utilização de EPIs: Uniforme com mangas longas e calça, ambos com fitas refletivas; Botas em PVC; Óculos de segurança com lentes incolores; Luvas impermeáveis nitrílicas de cano longo; máscara semifacial com filtro químico.  |
| Riscos químicos:<br>Potencial presença de gases como o Metano (CH <sub>4</sub> ), Sulfeto de Hidrogênio (H <sub>2</sub> S) e Dióxido de Carbono (CO <sub>2</sub> )  |   | Utilização de EPIs: Óculos de segurança com lentes incolores, Máscara semifacial com filtro químico.   |
| Riscos ergonômicos:<br>Trabalho em pé<br>Postura inadequada – agachado (altura da caixa menor que estatura do trabalhador)<br>Levantamento manual de peso (utilização das mangueiras e remoção de tampas de concreto ou metálicas)<br>Desconforto térmico<br><br>Postura estática – Trabalho sentado (inerente à atividade de condução veicular)<br>Estresse psíquico (inerente à atividade de condução veicular) |   | Educação postural<br>Pausas e revezamentos<br>Hidratação constante<br><br>Alternância de atividades  |



| (Continuação)  |   |
|--|---|
| IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS   | MEDIDAS DE CONTROLE   |
| Riscos de acidentes:<br>Risco de queda mesmo nível vias/calçadas ( inerente à atividade)<br><br>Risco de Estouramento da fossa séptica<br><br><br><br>Risco de queda de mesmo nível (piso molhado) e Manuseio das mangueiras<br><br><br>Prensamento de membros (remoção de tampas em concreto ou metálicas)<br><br><br>Acidentes de trânsito | <br><br><br>Não utilização de materiais ou objetos inflamáveis durante o procedimento de coleta e deixar a fossa séptica “respirar” por alguns minutos após a abertura da tampa<br>Cones de sinalização no entorno do veículo e na boca de acesso da galeria, fitas de isolamento, uniformes/coletes com cores de alta visibilidade com fitas refletivas<br><br>Capacete de segurança com jugular<br>Botas em PVC<br><br><br>Luvas de raspa de couro<br><br><br>Carteira Nacional de Habilitação na categoria conforme veículo conduzido<br>Utilização obrigatória e ininterrupta do cinto de segurança<br>Obrigatoriedade do uso de sapato fechado com solado antiderrapante durante a condução do veículo<br>Utilização ininterrupta de faróis acesos (luz baixa) durante a condução do veículo<br>Utilização de calços nos pneus do caminhão durante as operações de bombeamento |

## VIII. MEDIDAS DE CONTROLE

### a. MEDIDAS DE PROTEÇÃO COLETIVA E DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Na hierarquia de controle de riscos, as medidas de proteção coletiva devem ser prioritariamente avaliadas para eliminação/redução/minimização dos riscos. Esgotando-se as possibilidades de implantação, medidas de organização do trabalho **devem ser avaliadas e discutidas junto ao Gestor do contrato**, no sentido de prover melhorias nas instalações, sob o ponto de vista da segurança e saúde ocupacional. Com base na APR:

- Pausas e Revezamentos;
- Capacitações especificadas;
- Hidratação Constante;
- Educação postural;
- Isolamento da área de entrada da boca de visita da galeria de esgoto
- Sinalizar a área de prestação dos serviços com a utilização de cones de sinalização, fitas de isolamento, uso de uniformes/coletes refletivos com cores de alta visibilidade e outros itens de segurança;
- Não utilização de materiais ou objetos inflamáveis durante a execução das atividades.



#### b. EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPIs

Quando as medidas de organização do trabalho forem inviáveis ou estejam em implantação, devem ser especificados EPIs - Equipamentos de Proteção Individual.

Conforme 5.1.3 – IV da Minuta do PB, os EPIs são de responsabilidade da contratada. Conforme a NR-6 – Equipamento de Proteção Individual, a empresa é obrigada a fornecer os EPIs, **com Certificado de Aprovação (C.A)** válido, adequados aos riscos gratuitamente aos seus trabalhadores, exigindo e fiscalizando a sua utilização, orientando e treinando sobre o seu uso adequado, guarda e conservação; substituindo imediatamente, quando danificado ou extraviado e **registrando o seu fornecimento ao trabalhador**, podendo ser adotados livros, fichas ou sistema eletrônico.

A relação de EPIs a ser adquiridos, conforme levantamento de riscos ambientais, deverá contemplar, no mínimo:

Quadro – EPIs e uniformes obrigatórios para uso durante as atividades

| EPI  | ATIVIDADE  |
|--|--|
| CAPACETE DE SEGURANÇA com Jugular  | Manuseio das mangueiras de sucção  |
| LUVAS DE SEGURANÇA de Raspa de Couro   | Abertura das tampas de concreto ou metálicas das fossas sépticas                     |
| MÁSCARA SEMIFACIAL com filtro químico  | Abertura, limpeza e manutenção das fossas sépticas                                   |
| LUVA NITRÍLICA DE CANO LONGO confeccionada em borracha nitrílica, com revestimento interno; antiderrapante na palma, face palmar dos dedos e pontas dos dedos; comprimento 45±2 cm e espessura 0,50±2 mm | Limpeza e manutenção das fossas sépticas   |
| PROTETOR AUDITIVO de inserção pré-moldado tipo plug NRRsf maior que 15 dB  | Operação do bombeamento de sucção  |
| ÓCULOS DE SEGURANÇA  | Abertura das fossas sépticas e coleta de resíduos                                    |
| BOTAS DE SEGURANÇA EM PVC  | Abertura das fossas sépticas, coleta dos resíduos, manuseio das mangueiras de sucção |

Além de UNIFORME COM CAMISA COM MANGAS LONGAS E CALÇA, ambos com CORES DE ALTA VISIBILIDADE COM FITAS REFLETIVAS (ou colete) para uso de toda a operação de coleta, transporte e destinação final de resíduos e durante a fase de isolamento da área da prestação dos serviços.

#### IX. AVALIAÇÃO PARA CARACTERIZAÇÃO DE INSALUBRIDADE

Visto que a forma de contratação de serviço não definiu a mão de obra a ser aplicada, a avaliação para insalubridade é de responsabilidade da contratada, onde deverão ser observados os critérios da NR-15 – Atividades e operações insalubres, do Ministério do trabalho, e seus anexos.

#### X. AVALIAÇÃO PARA CARACTERIZAÇÃO DE PERICULOSIDADE

Visto que a forma de contratação de serviço não definiu a mão de obra a ser aplicada, a avaliação para insalubridade é de responsabilidade da contratada, onde deverão ser observados os critérios da NR-16 – Atividades e operações perigosas, do Ministério do trabalho, e seus anexos.



## XI. RECOMENDAÇÕES/OBSERVAÇÕES

---

- **Fiscalizar** o fornecimento e utilização dos EPIs;
- A empresa fica obrigada a estabelecer um designado pela **CIPA** – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, conforme requisitos da NR-05 e disponibilizar a documentação atualizada;
- - A empresa contratada deverá capacitar, inicialmente e de forma continuada por instrutores com comprovada proficiência no assunto: Utilização de EPIs, Educação postural, Espaços confinados, Trabalho em altura, Bloqueio de energias perigosas, cuja documentação comprobatória deve ser mantida por no mínimo 5 anos, após o desligamento do trabalhador;
- A empresa contratada deverá atender à exigência legal da NR 07 e apresentar ao SESST/UFPE o **PCMSO - Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional**, conforme Lei nº 6.514/1977 e Portaria 3.214/1978;
- A empresa contratada também deverá apresentar ao SESST/UFPE o **PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos**, em atendimento à NR 01, conforme os requisitos da NR 09, segundo estabelecido pela Lei nº 6.514/1977 e Portaria 3.214/1978, informando as medidas de controle de riscos propostos;
- Em caso de acidentes ou doenças ocupacionais, devem ser emitidas CAT – Comunicação de Acidente do Trabalho, sendo que 01 (uma) via da mesma deverá ser entregue ao Gestor do contrato que enviará uma cópia ao SESST, no prazo de até 24 h após o acidente;
- Devem ser observados requisitos adicionais de biossegurança relacionadas ao enfrentamento do SARS-coV-2 por autoridade em vigilância sanitária e/ou Ministério da Saúde por meio de orientações técnicas vigentes e emitidas posteriormente a este Laudo;
- É imprescindível observar as recomendações previstas na Avaliação Preliminar de Riscos deste laudo.

## XII. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

---

- Portaria 3214, de 03/06/1978 do Ministério do Trabalho e suas Normas Regulamentadoras;
- Lei nº 6514, de 22/12/1977;
- Lei nº 8112 de 11/11/1990, Regime Jurídico Único;
- Decreto-lei nº 5.452 de 1º./05/1943 (aprova a CLT).

## XIII. CONCLUSÃO

---

A forma de contratação de serviço não definiu a mão de obra a ser aplicada, sendo assim, a avaliação para insalubridade e de periculosidade é de responsabilidade da contratada, onde deverão ser observados os critérios da NR-15 – Atividades e operações insalubres e NR - 16 - Atividades e operações perigosas, do Ministério do trabalho, e seus anexos.

Conforme o Despacho 135249 / 2023 - DRH SINFRÁ (anexo à ordem 19 do processo administrativo SIPAC 23076.091922/2023-06), não haverá necessidade de adentrar nas fossas sépticas para os serviços de sucção. Dessa forma, entende-se que não haverá atividade em espaços confinados.

Além disso, do ponto de vista do gerenciamento de riscos ocupacionais, neste laudo são prescritas preliminarmente as medidas de controle – organização do trabalho, equipamentos de proteção coletiva e individual – entretanto, podem sofrer alterações na ocasião do exercício efetivo das atividades da empresa contratada.

É de responsabilidade do GESTOR DO CONTRATO monitorar o cumprimento das recomendações propostas, no sentido de GARANTIR que as mesmas sejam efetuadas durante toda a vigência do contrato.



UFPE - Universidade Federal de Pernambuco  
SESST - Serviço de Saúde e Segurança do Trabalho

As atividades dos contratados serão ACOMPANHADAS PELO SESST/UFPE, com foco no cumprimento das recomendações propostas neste laudo, com o objetivo de verificar o cumprimento dos aspectos legais, visando a construção e o cultivo uma contínua preocupação com o adequado gerenciamento da saúde e da segurança na UFPE, de forma a tornar o desempenho das atividades mais seguro, em um ambiente satisfatório.

Recife, 22 de Dezembro de 2023.

Flávia Ataíde da Motta  
Engenheira de Segurança do Trabalho  
CREA 33633 – D/PE

Gabriel Vieira de Melo Faeirstein  
Engenheiro de Segurança do Trabalho  
CREA-PE 181908018-8



Emitido em 22/12/2023

**LAUDO PERICIAL COPIA Nº 333/2023 - SESST PROGEPE (11.07.49)**

**(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

*(Assinado digitalmente em 22/12/2023 15:51 )*

**FLAVIA ATAIDE DA MOTTA**

**ENGENHEIRO DE SEG DO TRABALHO**

**SESST PROGEPE (11.07.49)**

**Matrícula: ###419#1**

*(Assinado digitalmente em 22/12/2023 15:56 )*

**GABRIEL VIEIRA DE MELO FAEIRSTEIN**

**ENGENHEIRO DE SEG DO TRABALHO**

**SESST PROGEPE (11.07.49)**

**Matrícula: ###887#5**

Visualize o documento original em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número: **333**, ano: **2023**, tipo:  
**LAUDO PERICIAL COPIA**, data de emissão: **22/12/2023** e o código de verificação: **23cab298f7**

## **ANEXO II - TERMO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**

**SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTUTURA**

**TERMO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

**Processo administrativo nº 23076.091922 /2023-06**

## **1. OBJETO**

**1.1** Contratação de serviços EM CARÁTER EMERGENCIAL de empresa especializada na prestação de SERVIÇOS DE COLETA ATRAVÉS DE SUCÇÃO, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DE DEJETOS DAS FOSSAS SÉPTICAS DAS UNIDADES ACADÊMICAS E ADMINISTRATIVAS DO CAMPUS RECIFE DA UFPE, EXCETO HOSPITAL DAS CLÍNICAS, conforme condições e exigências estabelecidas no Aviso de Contratação 1/2024 e seus anexos (Termo de referência).

## **2. BENEFICIÁRIO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO**

RAZÃO SOCIAL: LIMPEX - SERVICO DE LIMPEZA DE RESERVATORIO LTDA

CNPJ: 11.356.463/0001-07

ENDEREÇO: Rua Soldado Graciliano, 57 - Estância Recife – PE – CEP: 50771-360

REPRESENTANTE LEGAL: Brisa Luanna dos Santos

## **3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

**3.1** Nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, art. 75, inciso VIII.

## **4. JUSTIFICATIVA**

4.1. Conforme disposto na Política Nacional de Resíduos Sólidos, em seu artigo 36, inciso VI, cabe ao titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos dar disposição final ambientalmente adequada aos resíduos e rejeitos oriundos dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos.

4.2. O tratamento de efluentes é uma realidade que ainda não existe na maioria dos municípios brasileiros, e no Recife, apenas 49% do território tem acesso ao esgotamento sanitário. Diante desse contexto, as instalações da UFPE adotaram a construção de fossas sépticas como instrumentos de reserva dos dejetos sólidos e percolação dos líquidos para o subsolo através dos sumidouros. Nesse contexto, a limpeza e esgotamento de tais instalações visa evitar vazamentos que comprometam a boa utilização do edifício, além de causar perigo à saúde. Para além dessa necessidade, recentemente a UFPE tem adotado tecnologias mais adequadas, como



a construção de fossas sépticas com filtros anaeróbicos, e ainda, há a previsão de funcionamento de uma Estação de Tratamento de Esgoto no Campus Joaquim Amazonas, que irá realizar o tratamento dos esgotos sanitários oriundos de algumas edificações.

4.3. Considerando que a geração de resíduos no âmbito da UFPE é constante, ratifica-se os serviços a serem contratados como sendo de natureza continuada, pois pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional (Artigo 15 da IN SEGES/MPDG nº 05/2017).

4.4. A necessidade da contratação se deve: (i) à falta de estrutura municipal para tratamento dos efluentes gerados no bairro no qual o campus Recife da UFPE está localizado; (ii) ao fato de que a UFPE ainda não dispõe de estruturas próprias para realizar o tratamento desse resíduo, (iii) à necessidade de atuação de maneira rápida, quando do surgimento da demanda ou em caráter preventivo, a fim de evitar problemas internos no que tange ao mau funcionamento das fossas, refletindo no sistema de esgotamento sanitário da edificação, bem como danos ambientais às áreas por elas atendidas; (iv) à economicidade, não sendo recomendado investimento na aquisição dos equipamentos necessários em virtude do alto custo que a aquisição e, mais ainda, a manutenção operacional demandariam.

4.5. A UFPE, através da Diretoria de Sustentabilidade Ambiental da Superintendência de Infraestrutura, faz a gestão dos resíduos sólidos e efluentes gerados pelas atividades acadêmicas e administrativas. Para os efluentes, há a necessidade da contratação de empresa que faça a coleta e a destinação ambientalmente adequada, pois o campus Joaquim Amazonas não é atendimento pelo serviço público de esgotamento sanitário. Portanto, a limpeza e esgotamento das fossas visa evitar vazamentos que comprometam a boa utilização do edifício, além de causar perigo à saúde, afinal trata-se de resíduos que são vetores de diversas doenças e podem causar sérios prejuízos ao meio ambiente, contaminando solo e recursos hídricos.

4.6 O quantitativo estimado para essa contratação emergencial foi definido a partir do quantitativo do Contrato nº 26/2020, que dimensionava o total de 1200 m<sup>3</sup> de material coletado para 12 meses, desse modo, 100 m<sup>3</sup> por mês.

4.7 A configuração da urgência se dá pelo fato da necessidade latente de utilização contínua dos serviços de sucção e destinação final dos dejetos utilizados pelas unidades acadêmicas do Campus Recife da UFPE.

4.8 Vale salientar que há processo registrado sobre o nº 23076.33963/2023-85 que está em fase de elaboração dos estudos preliminares para a consecução do processo licitatório. Como vislumbra-se um tempo maior até a contratação devido às especificidades do novo processo, solicita-se a abertura desse processo emergencial.

4.9 Conforme ofício de divulgação de proposta para esta contratação emergencial (doc.56), após sessão pública, via Sistema de Dispensa Eletrônica, da Dispensa Nº 90.000/2024, procedeu-se a fase de habilitação da empresa que apresentou proposta de menor valor, WILL ROBSON M DOS SANTOS PRESTACAO DE SERVICOS EM GERAL E DESENTUPIMENTOS LTDA, CNPJ: 23.070.786/0001-19. Porém, a mesma não foi habilitada na análise de sua qualificação econômico-financeira. Portanto, procedeu-se para a habilitação da empresa 2ª colocada, LIMPEX - SERVICO DE LIMPEZA DE RESERVATORIO LTDA, CNPJ 11.356.463/0001-07.

## **5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**5.1** O valor da contratação é de R\$ 129.600,00 (cento e vinte e nove mil e seiscentos reais).

**5.2** Dados orçamentários relativos à despesa:

I) Gestão/Unidade: 15233/153095

II) Fonte de Recursos: Tesouro/ Próprio

III) Programa de Trabalho: 12.364.5113.20RK.0026 - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior – No Estado de Pernambuco

IV) Elemento de Despesa: 3390.39 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

V) Plano Interno: deverá ser classificado após a emissão do Contrato

**5.3** Os recursos para atender esta despesa serão alocados na Superintendência de Infraestrutura.

## **6. JUSTIFICATIVA DO VALOR**

**6.1** Foi realizada pesquisa de preços de acordo com o que preceitua a INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021.

**6.2** A empresa beneficiária, apresentou o segundo menor preço, dentre as propostas válidas, para o respectivo objeto que foi selecionado na DISPENSA, divulgada em 09/01/2024, pela 153095-PREFEITURA DA CIDADE UNIVERSITARIA DA UFPE.

**6.3** Segue anexado a este termo o relatório da pesquisa de preços (Doc.22 dos autos).

## **7. HABILITAÇÃO**

**7.1** Como condição prévia à autorização da DISPENSA e contratação da beneficiária, para fins de habilitação da mesma, foi verificado eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**7.2** SICAF, devendo a beneficiária estar nele regularmente cadastrada e em situação regular perante à Receita Federal e PGFN, FGTS, Trabalhista, Receita Estadual, Receita Municipal e Qualificação Econômico-Financeira;

**7.3** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;

**7.4** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ;

**7.5** Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

**7.6** Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);

**7.7** Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN.

**7.8** Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

**7.9** Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) em situação ativa.

**7.10** Restando assim HABILITADO o fornecedor selecionado, conforme Parecer de Habilitação (Doc. 55 dos autos).

## **8. CONTRATAÇÃO**

**8.1** Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato.

**8.2** A empresa terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Aviso de Contratação Direta e/ou Termo de Referência.

**8.3** O Termo de Contrato terá a vigência de até 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura pelas partes.

## **9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**9.1** Conforme previsto no Termo de referência.

## **10. PRAZO DE EXECUÇÃO**

**10.1** Conforme previsto no Termo de referência.

## **11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**11.1** As OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência.

## **12. OBRIGAÇÕES DA UFPE**

**12.1** As OBRIGAÇÕES DA UFPE são aquelas previstas no Termo de Referência.

## **13. DECLARAÇÃO DE DISPENSA**

**13.1** Diante do disposto neste instrumento e no Termo de Referência (Doc.27), DECLARO a DISPENSA de Licitação, fundamentada no inciso VIII, do art. 75, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em favor da empresa LIMPEX - SERVICO DE LIMPEZA DE RESERVATORIO LTDA, CNPJ: 11.356.463/0001-07, para contratação de serviços de limpeza de fossas sépticas, conforme justificativas expostas.

**13.2** Assim como, solicitamos a V.Sa. Senhoria, a AUTORIZAÇÃO do procedimento de contratação e a RATIFICAÇÃO do presente Ato, mediante prévia oitiva da Procuradoria Geral Federal.

Recife, 15 de março de 2024.

PAULO ALISON SOUSA PESSOA  
Superintendente de Infraestrutura

**Autorizo a Dispensa de Licitação.**

PROF. ALFREDO MACEDO GOMES  
Reitor da Universidade Federal de Pernambuco

### **ANEXO III - PROPOSTA DA CONTRATADA**

## PROPOSTA DE PREÇO

### **AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90.000/2024 (Processo Administrativo n.º 23076.091922/2023-06)**

**Objeto:** CONTRATAÇÃO EM CARÁTER EMERGENCIAL de empresa especializada em SERVIÇOS DE COLETA ATRAVÉS DE SUCÇÃO, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DE DEJETOS DAS FOSSAS SÉPTICAS DAS UNIDADES ACADÊMICAS E ADMINISTRATIVAS DO CAMPUS RECIFE DA UFPE, EXCETO HOSPITAL DAS CLÍNICAS, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

A  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA**

A Empresa LIMPEX - SERVICO DE LIMPEZA DE RESERVATORIO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 11.356.463/0001-07, sediada na Rua Soldado Graciliano, 57 – Estância, Recife/PE – CEP: 50771-360, FONE: (81) 3251-0850, EMAIL: [contato@limpexsolucoesambientais.com.br](mailto:contato@limpexsolucoesambientais.com.br) se propõe a prestar os serviços abaixo discriminados:

| ITEM        | DISCRIÇÃO   | CATSER | UNIDADE DE MEDIDA | QTD  | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL    |
|-------------|---|--------|-------------------|------|----------------|----------------|
|             | Serviços de coleta através de sucção, transporte e destinação final dos resíduos de dejetos das fossas sépticas das unidades acadêmicas e administrativas do Campus Recife da Universidade Federal de Pernambuco. | 16527  | m³                | 1200 | R\$ 108,00     | R\$ 129.600,00 |
| VALOR TOTAL |   |        |                   |      |                | R\$ 129.600,00 |

Preço unitário da Proposta: R\$ 108,00 (Cento e oito reais)

Preço global da Proposta: R\$ 129.600,00 (Cento vinte nove mil e seiscientos reais)

- Validade da Proposta de preços: 90 (Noventa) dias partir da sua apresentação.
- Prazo de entrega: Conforme exigência constante do Edital e Termo de Referência.

- Representante da empresa: Brisa Luanna dos Santos
- Função: Diretora
- Endereço Residencial: Av. General Manoel Rabelo, 1600, 01, APT 103, Engenho Velho, Jaboatão dos Guararapes/PE, CEP: 54.160-000
- RG: 8311008 SDS/PE
- CPF: 090.295.724-42
- Telefone: (81) 99601-6455
- E-Mail: [contato@limpexsolucoesambientais.com.br](mailto:contato@limpexsolucoesambientais.com.br)

- DECLARAMOS, para os devidos fins, QUE CONSIDERAMOS, NA FORMULAÇÃO DOS CUSTOS DA PROPOSTA DE PREÇOS: A inclusão de todas as despesas incidentes, inclusive aquelas relativas a tributos (impostos, taxas e contribuições), EPI's e EPC's regulamentares, uniforme e complementos, ferramentas, materiais de consumo, e equipamentos; de estar ciente de que não será considerada qualquer reivindicação posterior devido a erro nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preço ou reembolso por recolhimentos determinados pela autoridade competente;

DADOS BANCÁRIOS:

Número da conta corrente: 206-2 – Agência: 8575-8

Banco para pagamento: Banco do Brasil

Recife – PE, 21 de Fevereiro de 2024.

LIMPEX SERVICO DE  
LIMPEZA DE  
RESERVATORIO  
LTDA:11356463000107

Assinado de forma digital por  
LIMPEX SERVICO DE LIMPEZA DE  
RESERVATORIO

LTDA:11356463000107

Dados: 2024.02.21 16:49:19 -03'00'

BRISA LUANA DOS SANTOS  
SÓCIO DIRETORA